



territórios negros

Informativo de apoio às Comunidades Negras Rurais do Rio de Janeiro e Espírito Santo • Publicação de KOINONIA

ano 3 • nº 2 • 2003

editorial

Tanto no Rio de Janeiro quanto no Espírito Santo começaram a ser organizadas entidades estaduais ou regionais de representação de comunidades quilombolas. Esse é um momento de grande importância, mas também muito delicado. Uma grande parcela dessas comunidades nunca participou ativamente de organizações deste tipo e é muito comum que sua experiência política tenha se limitado ao período de eleições partidárias. Quase sempre esta é uma experiência de uma política de clientela, onde o voto não estabelece uma relação de representação democrática, mas apenas uma troca momentânea: um voto em troca de um colchão, de um bujão de gás ou da promessa de um emprego e por aí vai.

A representação política democrática se estabelece quando uma determinada pessoa ou um conjunto reduzido de pessoas é indicado ou eleito por uma população, classe, categoria profissional (ou outros) como seu porta-voz. Com isso, aquela população, classe ou categoria dá poderes para que seus representantes falem em seu lugar, ouçam e vejam em seu lugar, façam acordos em seu lugar.

Com isso a representação política estabelece uma relação de poder: os representados emprestam seu poder de grupo para os seus representantes. Quanto maior o grupo, maior o poder de seus representantes. Mas também, o fato de terem um representante dá poderes ao grupo de representados, já que quem não tem voz não pode participar dos debates públicos e das decisões políticas. Quanto melhores os representantes, maior o poder do grupo.



Arquivo TN

Visita do Ministério Público a Preto Forro

Justamente por isso, para que uma representação política seja realmente democrática, é preciso que os representantes sejam responsáveis perante o grupo que eles representam, prestando conta de suas ações e consultando o grupo sobre as decisões a serem tomadas. Se não estiverem de acordo com as ações de seus representantes,

os representados podem destituí-los, ou seja podem e, devem retirar o poder que lhe haviam emprestado.

Nada deve substituir essa relação de responsabilidade e de consulta dos representantes ao grupo que ele representa. Os representantes precisam ter sido escolhidos em uma situação em que todos os seus representados tenham tido a oportunidade de compreender sobre o que votaram e quais as consequências do seu voto. Se essas condições existirem, por outro lado, ninguém deverá ser questionado em sua representatividade.

Torcemos para que as atuais iniciativas no Rio de Janeiro e no Espírito Santo tenham sucesso em estabelecer essa relação democrática tão nova para a maioria das comunidades negras rurais desses estados. E continuaremos oferecendo nossa contribuição para isso, na forma de informação e apoio político.

notícias

▶ **À ESPERA DE PROVIDÊNCIAS.** **Porto Cori /MG.** A Fundação Estadual do Meio Ambiente concedeu licença provisória para a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Irapé, no rio Jequitinhonha, Nordeste de Minas Gerais, que foi implementada pela Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais). A Fundação Estadual do Meio Ambiente concedeu a licença para a realização das obras sob a condição de que fosse assinado um Termo de Acordo, entre o Ministério Público Federal e a Cemig, de preservação do meio ambiente e a integridade das comunidades locais, sobretudo Porto Cori, por se tratar de uma área de remanescente de quilombo. No que se refere à comunidade, as medidas do acordo foram: i) A Cemig terá que apresentar quatro áreas inspecionadas pelos técnicos da Emater, para que a comunidade escolha uma delas. ii) Cada família terá que ter um módulo fiscal, o equivalente a mais ou menos cinquenta hectares. Serão cerca de mil e cem hectares para a comunidade. iii) A Cemig terá que começar a apresentar essas áreas para as comunidades a partir da segunda quinzena de setembro, e até 31 de dezembro as áreas terão que estar definidas. Contudo as obras acontecem num processo acelerado. No dia 9 de maio haverá o desvio do rio Jequitinhonha e a barragem começa a ser construída de fato. A comunidade espera a presença da Fundação Cultural Palmares e Ministério Público para dar algum tipo de solução, pois nenhum item do Termo de Acordo foi cumprido pela Cemig. Argumenta-se que a licença concedida pela Fundação Estadual do Meio Ambiente deveria ser invalidada na medida em que houve descumprimento do acordo.

▶ **II ENCONTRO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE PERNAMBUCO.** **Salgueiro/PE.** Realizou-se de 1 e 3 de maio, em Salgueiro e Conceição das Crioulas, o II Encontro das Co-

Ilha da Marambaia



munidades Quilombolas de Pernambuco, com a tema "Terra, Direitos e Cidadania Quilombolas de Pernambuco". O evento contou com cerca de 150 participantes, dos quais 122 eram de 22 comunidades quilombolas do estado. A programação do encontro foi dividida em três painéis:

- Realidade e perspectivas das comunidades quilombolas de Pernambuco
- O papel do Estado: direitos e cidadania dos quilombolas
- Organização política

De acordo com Givânia da Silva da comunidade de Conceição das Crioulas, o resultado do encontro foi muito positivo, pois além de uma significativa participação das comunidades de Pernambuco, contou com a presença do presidente da Fundação Cultural Palmares, Ubiratan de Castro. Em sua fala, o presidente ressaltou seu desejo de caminhar junto com as comunidades quilombolas, procurando não repetir posturas anteriores.

Neste encontro também foi implementada a Comissão Estadual dos Quilombolas de Pernambuco.

▶ **PRODUÇÃO DO LAUDO ANTROPOLÓGICO.** **Marambaia/RJ. Territórios Negros/RJ.** Koinonia/Projeto Egbé –Territórios Negros está responsável pela produção do laudo antropológico da Ilha da Marambaia, através de um contrato assinado com a Fundação Cultural Palmares em fevereiro de 2003. A partir desse número, divulgaremos as etapas do trabalho do laudo, que vem sendo desenvolvido em parceria com a comunidade. O trabalho começou desde janeiro, com reu-

niões periódicas com os moradores. Dois núcleos de pesquisa colaboraram com o trabalho: Nufep (Núcleo Fluminense de Pesquisa) e NRA (Núcleo de Referência Agrária) da Universidade Federal Fluminense. Em maio será realizado, com o apoio do Ministério Público Federal, um seminário no qual serão apresentados os impedimentos enfrentados pelos moradores.

▶ **GRUPO DE TRABALHO SOBRE QUILOMBOS.** **Iterj/RJ.** O Iterj começou a organizar um grupo de trabalho sobre comunidades negras rurais, e elegeu como prioridade em sua ação imediata a comunidade de São José da Serra, no município de Valença, no Rio de Janeiro. Koinonia, através do projeto Territórios Negros, vem acompanhando a discussão sobre a revisão do laudo antropológico solicitada pela comunidade. As primeiras visitas serão agendadas entre o Iterj e a comunidade.

▶ **ARTICULAÇÕES REGIONAIS.** **Encontro das comunidades negras do Sapê do Norte/ES.** Em 29 de março no município de São Mateus, Espírito Santo, o Sindicato de Trabalhadores Rurais e a Comissão de Remanescentes de Conceição da Barra realizaram o I Encontro de Comunidade Negra do Sapê do Norte. Algumas entidades foram convidadas para o evento: Ministério Público Federal de Brasília e Ministério Público Federal do Espírito Santo, Fase/ES, Koinonia e Cecunes. Houve a apresentação do histórico da luta das comunidades, salientando os conflitos atuais que ocorrem na região. A mais importante

deliberação desse encontro foi a formação de um Movimento Rural de Quilombolas do município de Conceição da Barra (São Mateus), que está sendo coordenada por uma comissão provisória. A principal discussão da coordenação provisória é sobre a forma de encaminhar uma primeira conquista daqueles grupos: a de utilizarem os resíduos do corte de eucaliptos que cercam suas comunidades para a produção de carvão. Esse uso sempre foi proibido pela Aracruz Celulose e só foi liberado em janeiro passado, quando os moradores dessas comunidades romperam com a proibição. Na ocasião alguns trabalhadores foram presos, mas depois libertados com o início das negociações, nas quais tiveram a assessoria jurídica de Koinonia. Além disso, o movimento recém-criado conseguiu o compromisso de que o Ministério Público federal acompanhe as futuras negociações.

► III ENCONTRO DE COMUNIDADES NEGRAS RURAIS DO PIAUÍ. Por iniciativa do Movimento Negro Rural e Urbano, da Fundação Cultural do Estado do Piauí e da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Piauí realizou-se entre os dias 19 e 21 de março o III Encontro do Piauí. Este encontro enfocou a necessidade de políticas de ação afirmativa para as comunidades negras rurais da região, bem como a criação de uma associação de comunidades negras rurais do Piauí. O evento reuniu importantes segmentos: o governo estadual, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério de Assis-

tência e Promoção Social, Ministério da Cultura e representantes da Articulação Nacional das Comunidades Remanescentes de Quilombo.

conheça

A "História dos Quilombos no Rio de Janeiro", trata-se de um projeto composto de livro, vídeo e CD-ROM. A proposta dessa iniciativa foi cobrir cada região do estado, focalizando a trajetória e a situação atual de 11 comunidades remanescentes de quilombos.

Para adquirir: Fundação Cultural Palmares (61) 424-0101.

fique sabendo

UM OLHAR SOBRE A DEFENSORIA PÚBLICA (segunda parte)

A Defensoria Pública dos Estados está subdividida em três grupos:

- Órgãos da administração superior, abrangendo a Defensoria Pública Geral do Estado, a Subdefensoria Pública Geral do Estado, o Conselho Superior de Defensoria Pública e a Corregedoria Geral de Defensoria Pública;
- Órgãos de atuação: Defensoria Pública e Núcleos da Defensoria Pública do Estado;
- Órgãos de execução: Defensores Públicos.

O ingresso na Defensoria Pública faz-se através de concurso de prova e o candidato, que deverá ser bacharel em Direito, ter o re-

gistro na Ordem dos Advogados do Brasil e comprovar a prática que está trabalhando na área por, pelo menos, 2 anos, uma vez aprovado, inicia seu trabalho como Defensor Público.

Aos Defensores Públicos são atribuídos deveres e deveres para o bom exercício de suas atividades. Eles atuam junto às Varas Cíveis e Criminais, funcionando nas demandas propostas por cidadãos mais carentes, junto aos Tribunais, nos processos já em grau de recurso e, no Estado do Rio de Janeiro, junto aos Núcleos de Atendimento e de Defesa do Consumidor, prestando assistência jurídica, gratuitamente aos pobres.

Àqueles que recorrem à Defensoria Pública, geralmente denominados de "assistidos", a Constituição Federal assegura a assistência jurídica integral e gratuita, fazendo-se necessária a comprovação da insuficiência de recursos para arcar com as despesas decorrentes da orientação de um advogado e das custas processuais (taxas e emolumentos). A comprovação desta insuficiência, nos termos da Lei 1.060 de 1950, faz-se pela simples afirmação do interessado, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar os gastos do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família. A este benefício dá-se o nome de Gratuidade de Justiça.

Traçado este breve panorama da Defensoria Pública como instituição, fica claro o quanto é importante à vida do Estado como instituição que garanta os direitos fundamentais de seus cidadãos, facultando-lhes, por intermédio dela, o acesso aos órgãos judiciais visando à solução dos conflitos de interesse por eles vivenciados. Portanto, para a saúde e manutenção do Estado Democrático de Direito, a Defensoria Pública deve ser, permanentemente, ampliada, modernizada, fortalecida para poder chegar a cada vez mais pessoas e, naturalmente, levar o cidadão comum a acreditar que, através do direito, é possível conquistar a JUSTIÇA!



Coxi/ES

Arquivo TN

A História da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq

No Brasil, o expressivo número de povoados quase que exclusivamente compostos por trabalhadores rurais negros começou a despertar a atenção de vários setores da sociedade. Tal emergência das comunidades quilombolas tem suas origens na crescente organização dos trabalhadores do campo e na ascensão do movimento negro, enquanto movimento político que afirma a identidade étnica inserida no conjunto das lutas dos trabalhadores pela posse da terra e por melhores condições de vida, através da garantia de direitos básicos. Esta luta expressa a imensa dívida do Estado brasileiro para com a população negra, que sofre a dupla opressão enquanto camponesa e parte de um grupo racial inserido numa sociedade pluriétnica, mas desigual.

A Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas é hoje um dos mais ativos agentes do movimento social negro quilombola no Brasil. Unidos pela força da identidade étnica, os quilombolas construíram e defendem um território que vive sob constante ameaça de invasão. Realidade que revela como o racismo age no país. Impede que negros tenham o direito à propriedade, mesmo sendo eles os donos legítimos das terras herdadas dos seus antepassados: negros que lutaram contra a escravidão e formaram territórios livres. Mas ainda hoje, os descendentes diretos de Zumbi dos Palmares, símbolo máximo da luta do povo negro por liberdade, travam no dia-a-dia um embate pelo direito a terra.

É uma história de resistência que garantiu a continuidade da existência de centenas de quilombos. Sem dúvida uma sobrevivência sofrida, mas com vitórias. Diante da resistência tornou-se impossível para o governo brasileiro não responder às demandas desse movimento. Essa situação foi consolidada a partir da afirmação da ação coletiva expressa na realização do I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, realizado em novembro de 1995.

As Comunidades Negras Rurais Quilombolas alteraram a capacidade de mobilização regionalizada exercitada nas últimas décadas colocando a problemática do negro do meio rural como questão nacional. Como mecanismo de organização constituíram a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas/Conaq.

A Conaq foi criada em maio de 1996, em Bom Jesus da Lapa/Bahia, após a realização do I Encontro Nacional de Quilombos. É uma organização de âmbito nacional que representa os quilombolas do Brasil. Dela participam representantes de comunidades de quilombos de 18 estados da federação, de entidades do Movimento Negro e entidades ligadas à questão rural, que apóiam a luta dos quilombos. Desde a eleição da atual Coordenação, durante o II Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, em novembro de 2000, em Salvador/Bahia, a Secretaria Executiva da Conaq fica instalada na sede da Aconeruq (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão) como também a terá como entidade jurídica. Seu objetivo é tanto lutar pela garantia de propriedade de terra quanto pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, implementação de políticas públicas levando em consideração a organização pré-existente das comunidades de quilombo, tais como o uso comum da terra e dos recursos naturais, em harmonia com o meio ambiente, que são referências de vida.

Desta maneira, a Coordenação Nacional surge não só para reivindicar soluções para os problemas locais, mas como movimento político para alterar as relações desiguais historicamente estabelecidas, em defesa dos direitos do povo negro no meio rural.

Articulação Nacional de Comunidades Remanescentes de Quilombo

Campos Novos

“Complexo Cultural e Ambiental da Missão Jesuítica de Santo Inácio de Campos Novos” – é assim que hoje é chamada a área em torno da sede da antiga Fazenda Campos Novos. Depois de muitos anos de abandono e invisibilidade, a fazenda tem recebido a atenção de pesquisadores de diferentes áreas que pretendem salvar o patrimônio histórico e arquitetônico construído pelos padres jesuítas em 1623 e que há anos vem sendo ameaçado de desaparecer.

Hoje, a área que compreendia a antiga Fazenda Campos Novos consiste no segundo distrito de Cabo Frio. Sua área original foi sendo progressivamente dividida em inúmeras fazendas desde 1759, quando foi adquirida por um grande fazendeiro, após a expulsão dos jesuítas do Brasil. A criação de novas fazendas e o aparecimento de proprietários tem causado uma violenta disputa de terras entre os antigos moradores e aqueles que, apresentando escrituras de terras, se intitulam donos.

Em torno da sede e distribuída por todo antigo território da Fazenda Campos Novos encontra-se uma enorme população descendente dos escravos da região. Esses escravos adquiriram aquelas terras por meio de doação, compra ou simplesmente através do apossamento das terras abandonadas por seus antigos senhores. Desde a abolição da escravatura eles ocuparam essas terras livremente, sem a interferência de nenhum proprietário, ocupando coletivamente o mesmo território e estabelecendo regras próprias de uso da área.

Mas no final da década de 40 essa situação começou a se modificar, quando um grande fazendeiro se apresentou como novo proprietário da Fazenda Campos Novos. Sua primeira ação foi despejar as famílias que viviam próximas à área da sede, em uma localidade chamada Rasa, após força-las a assinar contratos em branco. Alguns anos mais tarde, outras famílias começaram a ser ameaçadas de expulsão através de muita violência empregada pelos “jagunços” do fazendeiro, nas fazendas

da Caveira e de Botafogo. A partir da década de 50, os conflitos de terra foram progressivamente aumentando tanto em quantidade quanto em intensidade de violência. Em pouco mais de 30 anos, quase toda a antiga Fazenda Campos Novos estava envolvida em conflitos fundiários em função da especulação imobiliária que se abatem sobre a região. Além da violência empregada contra os moradores, o patrimônio físico da Campos Novos começou a ser progressivamente destruído, com a proibição de realização das festas tradicionais, o fechamento da igreja e do cemitério, entre outras ações.

Para defender-se das invasões e tentativas de expulsão, os moradores das fazendas da Caveira e Botafogo organizaram-se coletivamente em uma associação, que mais tarde foi transformada em sindicato. A “Associação de Lavradores de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio” e o “Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio” foram as primeiras organizações de trabalhadores rurais da Região dos Lagos. Por meio delas, aquelas famílias começaram a defender suas terras na justiça através de ações possessórias e de usucapião. Em 1983, com o agravamento do conflito, o Incra realizou intervenção na área desapropriando parte daquelas terras para fins de reforma agrária.

Hoje, muitas dessas áreas ocupadas por grupos de famílias negras ainda encontram-se ameaçadas de perderem suas terras. O Projeto Egbé – Territórios Negros acompanha a situação de cinco delas, duas já oficialmente reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares como comunidades remanescentes de quilombo, “Fazenda da Caveira” e “Rasa” (ver Informativo nº 3). “Preto Forro”, em dezembro de 2001 deu entrada no seu pedido de reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo através do Ministério Público Federal.

O interesse recentemente dedicado a esta localidade expressa o reconhecimento público da importância histórica, cultural e social da antiga Fazenda Campos Novos.

um território

Cangume

“Cangume” é o nome de um bairro rural do município de Itaoca, Vale do Ribeira, quase na fronteira do estado de São Paulo com o Paraná. Hoje, a comunidade que deu origem ao bairro e mantém o seu nome é formada por 33 famílias negras, que somam cerca de 150 moradores permanentes. Descendem de três troncos principais: os Monteiro, os Gonçalves e os Maciel de Pontes, que se misturaram em uma intrincada rede de parentesco por meio do constante casamento entre primos. Todos, sem exceção, são kardecistas e freqüentam, de uma a quatro vezes por semana, o Centro Espírita Fé em Deus, fundado pela comunidade ainda na década de 1930. O centro tem um longo histórico de serviços de cura prestados a pessoas dos municípios do entorno e é uma referência para os bairros vizinhos.

Vivem sobre uma terra comum, o “patrimônio do Cangume”, de apenas 37 ha, onde mantêm minúsculas hortas cercadas e alguma criação solta, de porcos e cabras. Em função das pouquíssimas terras, os moradores do Cangume trabalham como diaristas para os fazendeiros vizinhos, recebendo remuneração que chega a ser até 50% menor que a dos trabalhadores dos outros bairros. Manifestação mais concreta da discriminação que recai sobre o grupo, apesar do destaque que ele vem alcançando com o reconhecimento, pelos poderes municipais, de sua condição de remanescentes de quilombos.

Até a década de 1960, o Cangume tinha o dobro do tamanho atual, com cerca de 70 famílias e pouco mais de 1.300 ha. Eram lavradores principalmente de milho, feijão, arroz e mandioca, possuindo pequenas criações de porcos, cabras e galinhas. Produziam artesanato de cipó, palha, barro e praticamente tudo de que necessitavam, recorrendo ao parco mercado regional para pouquíssimos gêneros, como o sal. O gado e o dinheiro eram praticamente inexistentes no bairro.

O avanço econômico sobre o Vale do Ribeira, iniciado na década de 1940 com base na extração de minério, levou à abertura de estradas e, conseqüentemente, a uma rápida valorização das terras da região. Os primeiros fazendeiros de gado chegam ao bairro em meados da década

de 1950, começando a alterar o padrão local de pequenos apossamentos familiares. Na década seguinte, uma grande Ação Discriminatória levou à regularização fundiária de vários municípios, inclusive Apiahi, a que Itaoca ainda era subordinado, atingindo o Cangume.

Assim, em 1968, as posses dos moradores do Cangume, que eram trabalhadas de forma coletiva, com base na solidariedade entre famílias extensas que se revezavam sobre terras de uso comum, foram fragmentadas em cerca de 80 glebas individuais. Esse fato, reproduzido por toda a região, deu origem a um feroz mercado de terras, do qual a população local, alheia à lógica de mercado e, em especial, à do mercado de terras, não tinha condições de avaliar as implicações. De forma apenas aparentemente paradoxal, a regularização das terras do Cangume foi o maior instrumento de sua expropriação territorial. Em um curtíssimo período de anos, todas as glebas individuais, por necessidade ou por pressão dos próprios fazendeiros já instalados, que buscavam ampliar seus pastos, foram vendidas para criadores de gado que chegavam de Minas Gerais e do Paraná. Restou apenas a gleba que, por decisão dos próprios moradores, havia sido titulada (ainda que não registrada em cartório) como “em comum”, o atual “patrimônio”.

A perda de todas as terras em um período tão curto de anos levou a uma forte migração do Cangume. Muitas famílias se deslocaram para o município de Tatuí, periferia de Sorocaba, em busca do trabalho nas plantações de tomate.

territóriosnegros

Este boletim é produzido pelo projeto EGBÉ – TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral, com tiragem de 750 exemplares, dirigido às comunidades negras rurais do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Está disponível também na *home page* de KOINONIA. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

Secretário-executivo de KOINONIA *Rafael Soares de Oliveira*
Coordenador para o Rio de Janeiro e Espírito Santo e editor do nformativo *José Mauricio Arruti*

Pesquisadores *Alessandra Tosta, Mariza Rios e Simone Souza*

Colaboraram com esse número *Ruimar Batista e Pedro Alencar/ PI, Drª Sônia Almeida/RJ, Maria de Lourdes, da comunidade de Porto Cori/MG, Articulação Nacional das Comunidades Remanescentes de Quilombo*

Programação visual *Anita Slade*

Revisão *Elizabeth Cobra*

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Rua Santo Amaro, 129 Glória 22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone e fax (21) 2224-6713
territoriosnegros@koinonia.org.br www.koinonia.org.br